

IFCE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PROFESSOR - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO, POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 1, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>

SUMÁRIO



IFCE

Professor - Fundamentos da Educação, Política e Gestão Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; reconhecimento de tipos e gêneros textuais	1
Domínio da ortografia oficial	7
Emprego da acentuação gráfica	11
Domínio dos mecanismos de coesão textual	14
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	16
Emprego e correlação de tempos e modos verbais	17
Domínio da estrutura morfosintática do período; relações de coordenação e de subordinação entre orações e entre termos da oração	23
Emprego dos sinais de pontuação	32
Concordância verbal e nominal	37
Emprego do sinal indicativo de crase	41
Colocação dos pronomes átonos	43
Reescritura de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto	46
Análise do discurso: Pressupostos, subentendidos e implícitos	48
Questões	53
Gabarito	68

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988: Administração Pública (arts. 37 ao 41)	1
Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações	11
Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	60
Ética no Serviço Público: Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994... ..	72
Criação dos Institutos Federais e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008	76
Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação: Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e suas alterações	84

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Questões	93
Gabarito	100

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DOCÊNCIA

A Didática e a formação de professores: abordagens conceituais, metodológicas e tendências pedagógicas	1
A ação docente numa perspectiva crítica: planejamento e novas metodologias do processo de ensino- aprendizagem	9
A avaliação no processo de ensino aprendizagem	11
A relação professor-aluno: abordagens e concepções	13
Novas tecnologias de informação e comunicação na educação	19
História, Princípios, Legislação e funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	21
Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	25
Concepções de currículo e currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	27
Metodologias de ensino e a interdisciplinaridade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	29
Princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT)	31
Questões	34
Gabarito	38

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Organização escolar brasileira: contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira	1
Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação	5
A política educacional brasileira e sua trajetória histórica; Síntese histórica da legislação educacional	15
Legislação da educação básica e profissional	24
As reformas educacionais e os planos de educação	31
A contextualização histórica da psicologia da educação na formação dos professores	45
Principais teorias psicológicas (behaviorismo, gestalt, psicanálise, teoria construtivista e teoria histórico-cultural)	50
Noções gerais de planejamento, coordenação e controle	53
Fundamentos de gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas	58
Questões	66

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



Legislação do Serviço Público Federal

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe



► **Didática: um pouco de história**

A história da Didática está ligada ao aparecimento do ensino, isto é, desde que alguém pela primeira vez se propôs, institucionalmente, a ensinar a outrem alguma coisa. No entanto, para Libâneo, o termo “didática” surge quando adultos começam a intervir na atividade de aprendizagem das crianças e jovens, através da direção deliberada e planejada do ensino, ao contrário das formas de intervenção mais ou menos espontâneas de antes¹.

Assim, ao se estabelecer a intenção propriamente pedagógica na atividade de ensinar, a escola torna-se uma instituição onde este processo passa a ser sistematizado conforme níveis, tendo em vista a adequação às possibilidades das crianças, às idades e ao ritmo de assimilação dos estudos.

Como campo teórico elaborado, a Didática passou a existir no século XVII, quando João Amos Comenius, pastor protestante que viveu na Tchecoslováquia, publicou uma obra clássica sobre o assunto, A Didática Magna, que pode ser considerado o marco de fundação da disciplina, tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua influência, na época, e mesmo muito tempo depois.

Esse educador revolucionou a educação da sua época, defendendo a “escola para todos”, a pedagogia da fábrica, dos trabalhadores, numa fase em que a educação escolar era privilégio dos que pertenciam ao clero e à nobreza. Comenius desenvolveu ideias avançadas para o seu tempo e teve influência direta sobre o trabalho docente, em contraposição às ideias conservadoras da nobreza e do clero.

Empenhou-se em desenvolver métodos de instrução mais rápidos e eficientes, partindo da observação e da experiência sensorial. Era intenção de Comenius que todas as pessoas usufríssem dos benefícios do conhecimento.

Sonhava elaborar um método geral que chamava de “Método do Desenvolvimento Natural”, tratado da arte de ensinar tudo a todos, o qual serviria para ensinar qualquer assunto a qualquer pessoa, em qualquer nível, especialmente a ler e escrever, começando pela língua materna, numa época em que predominava o latim. No entanto, não se tem conhecimento, com precisão, da formulação desse método.

Comenius valorizava o processo indutivo como sendo a melhor forma de se chegar ao conhecimento generalizado, e aplicou-o na sua prática instrucional. Ele afirmava que o método indutivo estava mais “de acordo com a natureza” e propunha a inclusão do estudo dos fenômenos físicos nos currículos e nos livros escolares.

Criou um método para o ensino de línguas, de acordo com suas ideias educacionais, considerado revolucionário para aqueles tempos. Até hoje são encontrados alguns ecos das propostas pedagógicas de Comenius, pelo menos da sua pretensão, ele achava que era possível criar um método universal, invariável, capaz de orientar o professor no seu trabalho.

Assim, ao ensinar um assunto, o professor deveria:

- Apresentar seu objeto ou ideia diretamente, fazendo demonstrações, pois o aluno aprende através dos sentidos, principalmente vendo e tocando;
- Mostrar a utilidade específica do conhecimento transmitido e a sua aplicação na vida diária;
- Fazer referência à natureza e origem dos fenômenos estudados, isto é, às suas causas;
- Explicar, primeiramente, os princípios gerais e só depois os detalhes;
- Passar para o assunto ou tópico seguinte do conteúdo apenas quando o aluno tiver compreendido o anterior.

1 LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDUFPI, 2019.



FORMAÇÃO HISTÓRICA DA ESCOLA BRASILEIRA

A trajetória da escola brasileira é marcada por profundas transformações que refletem, em larga medida, as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país. Desde o período colonial até a atualidade, a educação formal foi sendo gradualmente institucionalizada, moldada por diferentes interesses e influências, e sempre permeada por desigualdades. Compreender a formação histórica da escola brasileira implica reconhecer os limites e avanços de um sistema educacional que, por séculos, esteve distante da maioria da população.

Durante o período colonial, a educação no Brasil era privilégio de poucos e estava profundamente ligada à missão evangelizadora da Igreja Católica, em especial por meio da atuação dos jesuítas. A chegada da Companhia de Jesus em 1549, com Tomé de Souza, marcou o início de uma estrutura educativa voltada à catequese indígena e à formação das elites coloniais. Os colégios jesuítas tinham um currículo baseado nas letras e nas humanidades, com forte inspiração no modelo europeu, sobretudo português. No entanto, essa estrutura atendia a uma parcela extremamente restrita da sociedade e não visava à universalização do ensino. A expulsão dos jesuítas em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, provocou um vácuo educacional no país, pois não houve um plano estatal eficaz de substituição dessa estrutura religiosa por uma rede pública de ensino.

Já no século XIX, especialmente após a Independência do Brasil em 1822 e com a promulgação da primeira Constituição em 1824, o debate sobre a organização da instrução pública começou a ganhar força. A Carta Magna estabelecia, em seu artigo 179, que “a instrução primária gratuita será dada a todos os cidadãos”, mas a efetivação dessa norma foi extremamente lenta e limitada. Ainda predominava uma concepção elitista de educação, com o ensino secundário e superior reservado às camadas mais privilegiadas da sociedade. As províncias tinham autonomia para organizar seus próprios sistemas de ensino primário, o que gerou grande desigualdade entre as regiões, especialmente entre o Sudeste e o Norte/Nordeste.

Com a Proclamação da República em 1889, surgiram novas propostas educacionais influenciadas pelo ideário positivista e pelas ideias liberais, que valorizavam a educação como instrumento de progresso e cidadania. Nesse contexto, a figura de Rui Barbosa ganha destaque ao propor, em 1882, um modelo de escola primária laica, gratuita e obrigatória, embora suas ideias tenham enfrentado forte resistência conservadora. O século XX trouxe importantes marcos para a educação brasileira. A Reforma Francisco Campos, em 1931, e a Reforma Capanema, em 1942, buscavam estruturar o ensino secundário e técnico, mas ainda sob uma lógica segregadora, que preparava as elites para a universidade e os pobres para o trabalho manual.

Outro momento decisivo ocorreu com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, que propunha uma educação democrática, pública e voltada à formação integral do indivíduo. Nomes como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho defendiam uma escola para todos, voltada à cidadania e ao desenvolvimento nacional. No entanto, as ideias dos pioneiros enfrentaram muitos obstáculos para se consolidar na prática, dada a resistência das estruturas políticas e sociais conservadoras da época.

Durante o regime militar (1964-1985), a educação foi instrumentalizada como ferramenta de controle ideológico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 (Lei 5.692) estabeleceu um modelo tecnicista, com foco na formação de mão de obra para o mercado, esvaziando o papel crítico da escola. Apesar disso, foi nesse período que o ensino fundamental (então chamado de 1º grau) se expandiu, ainda que de forma desigual e com sérias deficiências de qualidade.

A redemocratização trouxe novos ares à educação. A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, consolidou princípios como a gratuidade, a obrigatoriedade e a universalização do ensino básico. A nova LDB, de 1996 (Lei 9.394), regulamentou esses princípios e reestruturou o sistema educacional, reafirmando o papel da escola na formação do cidadão e no combate às desigualdades sociais. Ainda assim, a implementação desses direitos tem enfrentado obstáculos estruturais, como a escassez de recursos, a má gestão educacional e as desigualdades regionais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!